Demonstrações Financeiras Intermediárias

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

Período de seis meses findo em 30 de junho de 2012 com Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras intermediárias

30 de junho 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes de informações intermediárias	1
Demonstrações financeiras intermediárias revisadas	
Balanço patrimonial condensado	3
Demonstração condensada do resultado	
Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido	
Demonstração condensada dos fluxos de caixa	
Demonstração condensada do valor adicionado	
Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias	



Condomínio São Luiz Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1830 Torre I - 8º andar - Itaim Bibi 04543-900 - São Paulo, SP, Brasil

Tel.: (5511) 2573-3000 Fax: (5511) 2573-5780 www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes de revisão de informações intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da **Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.** São Paulo - SP

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não estejam apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aeroportos Brasil - Viracopos S.A., em 30 de junho de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, a qual está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais informações não estejam apresentadas adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de agosto de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Luciano Neris Contador CRC PA007729/O-8-S-SP

Balanço patrimonial condensado (Revisada pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012) 30 de junho 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	30/06/2012	31/12/2011
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.266	1
Impostos a recuperar		78	-
Despesas antecipadas	5	3.281	-
Total do ativo circulante		40.625	1
Não circulante			
Depósitos e cauções		20	-
Imobilizado	6	273	-
Intangível	7	2.805	-
Total do ativo não circulante		3.098	-
Total do ativo		43.723	1
Passivo			
Circulante Fornecedores		242	
		323	-
Impostos, taxas e contribuições Total do passivo circulante		565	-
Total do passivo circulante		303	-
Patrimônio líquido	9		
Capital social		43.552	1
Adiantamento para futuro aumento de capital		39	39
Prejuízos acumulados		(433)	(39)
Total do patrimônio líquido		43.158	1
Total do passivo e do patrimônio líquido		43.723	1

Demonstração condensada do resultado (Revisada pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)
Período de 06 meses findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto informação por ação expresso em reais)

	Nota	30/06/2012
Despesas operacionais Despesas gerais e administrativas	10	(742)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(742)
Resultado financeiro Receitas financeiras		348
Prejuízo do período		(394)
Quantidade de ações		435.513.000
Prejuízo por ação		(0,0009)

Demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido (Revisada pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012) 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Са	ıpital			
_	Subscrito	A integralizar	Adiantamentos para futuro aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1	-	39	(39)	1
Transações de capital com os sócios Aumento de capital conforme AGE 11/05/2012 Aumento de capital conforme AGE 24/05/2012 Prejuízo do período	222.111 213.401 -	(199.900) (192.061) -	:	- - (394)	22.211 21.340 (394)
Saldos em 30 de junho de 2012	435.513	(391.961)	39	(433)	43.158

Demonstração condensada dos fluxos de caixa (Revisada pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)
Períodos findos em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais Prejuízo do período	(394)
Variações nos ativos e passivos	
Aumento/(diminuição) dos ativos Impostos a recuperar Despesas antecipadas Depósitos e cauções	(78) (3.281) (20)
Aumento/(diminuição) dos passivos Fornecedores Impostos, taxas e contribuições Caixa Iíquido aplicado nas atividades operacionais	242 323 (3.208)
Fluxos de caixa das atividades de investimento Aquisição de bens do imobilizado Adições ao ativo intangível Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(273) (2.805) (3.078)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento Integralização de capital Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	43.551 43.551
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	37.265
Caixa e equivalentes de caixa No início do período No fim do período	1 37.266
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	37.265

Demonstração condensada do valor adicionado (Revisada pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012) Períodos findos em 30 de junho de 2012 (Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2012
Receita gerada Receita financeira	348
Receita financeira	348
Insumos adquiridos de terceiros:	(742)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(742)
Valor adicional total a distribuir	(394)
Distribuição do valor adicionado	(394)
Remuneração de capitais próprios	(394)
Prejuízo do período	(394)

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de uma sociedade anônima de capital fechado, com a denominação social de Santa Clara Participações e Investimentos S.A., tendo por objeto social a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a denominação social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos" ou "Companhia"), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado objeto social da Companhia para uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) tendo como objeto específico e exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de número 002/2011, e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC):

- i. a prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- ii. a constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que recomenda sejam descentralizadas;
- iii. a importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto; e
- iv. o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. assinou com a ANAC o contrato de concessão para a expansão, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas para os próximos 30 anos.

A Aeroportos Brasil - Viracopos S.A é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação, e (ii) — Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO. que detém 49%. A participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório referente o Leilão 002/2011 possui a seguinte composição acionária conforme acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012: Triunfo Participações e Investimentos S.A. com 45%, UTC Participações S.A. com 45% e Egis Airport Operation com 10%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. pagará à União contribuição fixa anual no montante R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, calculado pelo IBGE, equivalente a R\$3.821.010, referente a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente Concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Nos termos do contrato de concessão, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. assume todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura necessária à exploração do aeroporto.

A concessão para exploração será extinta nos casos de (a) término da vigência do contrato; (b) retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; (c) caducidade da concessão; (d) rescisão do contrato; (e) anulação do contrato; ou (f) falência ou extinção da Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Os investimentos iniciarão em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o segundo terminal de passageiros, com capacidade para 14 milhões passageiros, fingers para 28 aeronaves e estacionamento correspondente dentro do prazo de 22 meses. O investimento estimado para esta fase é de R\$1.4 bilhão, composto por: (i) R\$0.4 bilhão de capital da Concessionária e (ii) R\$ 1 bilhão por meio de financiamento de instituição financeiras.

O Aeroporto Internacional de Viracopos está localizado em um dos mais importantes pólos tecnológicos do País, em Campinas, estado de São Paulo, cidade que abriga grandes universidades, grandes rodovias e empresas de tecnologia de ponta.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das presentes demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 06 de agosto 2012.

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade, mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos entre partes relacionadas e recebíveis, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa. A Companhia classifica seus instrumentos nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não há instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto guando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudancas em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

iii) Passivos financeiros -- Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os passivos financeiros da Companhia correspondem a contas a pagar a fornecedores. Não há na data dos balanços instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Não há em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 valores que requeiram ajuste a seu valor presente.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.4. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

Os bens registrados foram adquiridos no mês de junho de 2012, e estão apresentados ao custo, passando a partir de julho de 2012 a serem calculadas as depreciações de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão contabilizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.5. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis foram adquiridos separadamente, e estão mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial.

Os ativos intangíveis referentes e ligados à concessão aeroportuária tem vida útil definida e serão amortizados pelo prazo do contrato de concessão assinado com a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.5. Ativos Intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública serão reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível de vida útil definida é com base no prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.6. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.7. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis--Continuação

3.8. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas

A Companhia não é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	533	1
Aplicações em renda fixa	36.733	=
	37.266	1

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, os quais possuem prazo de resgate inferior a 90 dias.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Despesas antecipadas

O saldo de despesas antecipadas de R\$3.281 está representado por gastos referente à contratação de seguros (vide Nota 11), sendo a despesa reconhecida pro rata temporis de acordo com o período de vigência do contrato.

6. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					_
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-	-
Adições	1	110	10	140	273
Saldo em 30/06/2012	1	110	10	140	273

As adições foram realizadas no final do mês de junho de 2012 sendo a depreciação iniciada e registrada a partir de julho de 2012.

7. Intangível

	Marcas e patentes	Licenças ambientais (i)	Concessão (ii)	Total
Custo				
Saldo em 31/12/2011	-	-	-	-
Adições _	61	483	2.261	2.805
Saldo em 30/06/2012	61	483	2.261	2.805

⁽i) Refere-se a contrato de serviços de consultoria para obtenção das licenças e permissões ambientais obrigatórias para início das obras do novo terminal de passageiros.

8. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia não está envolvida em processos de questões tributárias, cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, e por isso não foram registradas provisões para contingências.

 ⁽ii) Refere-se ao projeto de engenharia básico e plano mestre para ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido

Capital social

A Companhia recebeu em 2011 do acionista TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. a quantia de R\$39 por meio de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) para ser utilizado com gastos de sua constituição.

Em 11 de maio de 2012, a Companhia Santa Clara Participações e Investimentos S.A., por meio de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de seu capital social, subscrevendo 222.110.630 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pela Aeroportos Brasil S.A., sendo integralizado o valor parcial de R\$22.211. No mesmo ato a razão social foi alterada para Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

Em 24 de maio de 2012, por meio de Reunião da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social, subscrevendo 213.401.370 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, sendo integralizado o valor parcial de R\$21.340. No mesmo ato o objeto social foi alterado e passou a ter específica e exclusivamente a atribuição, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de número 002/2011, e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (a "ANAC"), a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no município de Campinas, Estado de São Paulo, além de outros objetos secundários.

Em 30 de junho de 2012, o capital social da Companhia era composto por 435.513.000 ações ordinárias nominativas emitidas com o valor de R\$1 (um Real) cada.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei de Sociedade por Ações, até o limite de R\$888.968 por deliberação do Conselho de Administração, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas datada de 11 de maio de 2012.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social -- Continuação

Composição acionária em 31 de dezembro de 2011 (Santa Clara Participações e Investimentos S.A., atual Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.):

Acionistas	Número de Ações	Participação (%)
TPI - Triunfo Participações e	997	99,7
Investimentos S.A.		
Carlo Alberto Bottarelli	1	0,1
João Villar Garcia	1	0,1
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1	0,1
Total	1000	100

Composição acionária em 30 de junho de 2012:

Acionistas	Número de Ações	Participação (%)
Aeroportos Brasil S.A.	222.111.630	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura		
Aeroportuária S.A.	213.401.370	49
Total	435.513.000	100

Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei Societária.

10. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2012
Despesas com seguros e garantias	(387)
Despesas com serviços contratados	(293)
Despesas com representações	(35)
Outras despesas	(27)
	(742)

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Cobertura de seguros

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, cobertura de seguro nas modalidades:

Garantia de Execução Contratual - tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Concessionária perante o Poder Concedente, nos termos do contrato, devendo o Segurado ser indenizado, até o valor máximo fixado na apólice, quando ocorrer qualquer descumprimento de obrigação contratual, aplicação de penalidades e inadimplemento.

Seguro de Responsabilidade Civil Geral - tem como objeto reembolsar o segurado das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e decorrentes da operação das áreas não amparadas pela atividade aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos.

Seguro de Responsabilidade Civil de Proprietários e Operadores de Aeroportos - tem como objetivo reembolsar o segurado das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais causados por uma ocorrência decorrente das operações do segurado como proprietário e/ou operador de aeroporto e que decorram de riscos cobertos previstos no contrato de concessão.

Seguro de Riscos Operacionais - tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos seguintes itens do patrimônio: prédio, maquinismo, móveis e utensílios e veículos do segurado que circulam exclusivamente nos endereços segurados. Além disso, tem como objeto cobrir prejuízos financeiros consequentes da perda de receita bruta e ainda, de gastos adicionais realizados durante o período de paralisação total ou parcial do estabelecimento segurado, desde que essa perda de receita e esses gastos adicionais sejam diretamente consequentes de danos materiais cobertos.

	Valor da importância		
Tipos de seguros	segurada	Prazo de vigência	
Garantia de execução contratual	R\$ 649.197	23/05/2012 a 25/05/2013	
Seguros de responsabilidade civil geral	R\$ 406.000	25/05/2012 a 25/05/2013	
Seguro de responsabilidade civil de proprietários e			
operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2012 a 25/05/2013	
Seguros de riscos operacionais	R\$ 482.335	25/05/2012 a 25/05/2013	

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

Notas explicativas selecionadas às demonstrações financeiras intermediárias--Continuação (Revisadas pelo auditor independente na extensão descrita no relatório de 20 de agosto de 2012)

30 de junho de 2012 e 31 dezembro de 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2012, e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos.

O principal instrumento financeiro da Companhia está representado por aplicação financeira - Classificada como equivalentes de caixa (vide Nota 4).

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.